

# Compromisso com a excelência

A Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef) completa 34 anos de funcionamento como um exemplo de inovação e qualidade na formação de magistrados e servidores. Diversos eventos, como a outorga da Medalha do Mérito e a premiação dos autores do Hino do Poder Judiciário, marcaram as comemorações pela data.

Páginas 4 e 5

Publicação da Secretaria do Tribunal  
de Justiça do Estado de Minas Gerais

**BH - SETEMBRO - 2011**  
**ANO 17 - NÚMERO 164**



Marcelo Albert

# Ejef trabalha pela qualidade da Justiça

Formação humana e qualificação permanente são apenas algumas das exigências da atualidade quando o assunto é o serviço público. A sociedade contemporânea deseja um Judiciário transparente, mas também preparado para dar respostas eficazes. Nesse contexto, a educação continuada não pode ser vista como uma coadjuvante. É, antes de tudo, uma necessidade que se impõe às instituições focadas no cidadão. Ao longo de 34 anos, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) tem mostrado a sua preocupação com o tema por meio da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef).

A instituição de ensino e de qualificação, que é tema da matéria das páginas centrais desta edição, nasceu com a oferta de cursos para magistrados. Desde cedo, contudo, mostrou que sua vocação era mais ampla. Hoje, a Ejef contempla também os servidores. Sua atuação transcende o trabalho de elaboração e de oferta de cursos. Atualmente, a publicação de material técnico e de conteúdo de áreas diversas revela o compromisso da escola com a formação integral dos profissionais do TJMG e com a disseminação do conhecimento.

Mais do que formar magistrados e servidores altamente qualificados do ponto de vista técnico, a Ejef trabalha para que o Judiciário estadual seja integrado por profis-

sionais humanos e éticos, cooperadores de uma Justiça que trabalha pela paz social e pelo exercício da cidadania.

Além do trabalho em prol do aperfeiçoamento de magistrados e servidores, a Ejef destaca-se pela seleção dos novos profissionais que passarão a integrar os quadros do Judiciário. Periodicamente, são realizados concursos para áreas e cargos diversos.

Difícil enumerar os profissionais – magistrados e servidores – que ajudaram a escrever a história de sucesso, dinamismo e inovação da Escola Judicial. Fato é que o comprometimento das equipes resultou em uma atuação marcada pela excelência e pela busca constante pelo que há de mais moderno e adequado à realidade do Judiciário.

Todas as frentes de trabalho da Escola Judicial mostram que ela vem cumprindo o seu papel, que é, em última instância, o de cooperar para o melhor funcionamento da Justiça em benefício da sociedade, contribuindo para a prestação de um serviço público de qualidade. Sua atuação reforça ainda suas crenças de que o ser humano é um agente de transformação e de que toda instituição pública só se justifica se contribuir para o bem-estar das pessoas a que serve.

Boa leitura.

## Participe

Interessados em divulgar notícias nas próximas edições do *TJMG Informativo* devem encaminhar o material à Ascom pelo e-mail [informativo.ascom@tjmg.jus.br](mailto:informativo.ascom@tjmg.jus.br).

Tribunal de Justiça de Minas Gerais

**Presidente:**

Desembargador Cláudio Costa

**1º Vice-Presidente:**

Desembargador Carreira Machado

**2º Vice-Presidente:**

Desembargador Herculano Rodrigues

**3º Vice-Presidente:**

Desembargadora Márcia Milanez

**Corregedor-Geral:**

Desembargador Alvim Soares

## EXPEDIENTE

**Secretário Especial da Presidência:** Luiz

Carlos Elói; **Assessora de Comunicação**

**Institucional:** Valéria Valle Vianna; **Gerente**

**de Imprensa:** Wilson Menezes;

**Coordenadora de Imprensa:** Leticia Lima;

**Editores:** Francis Rose; Patrícia Melillo;

**Revisora:** Patrícia Limongi; **Design Gráfico:**

Shirley Moraes;

## Fotolito e Impressão:

**Ascom TJMG**

Rua Goiás, 253 – Térreo – Centro, Belo

Horizonte/MG

CEP 30190-030

Tel.: (31) 3237-6551

Fax: (31) 3226-2715

E-mail: [ascom@tjmg.jus.br](mailto:ascom@tjmg.jus.br)

**Ascom TJMG/Unidade Raja Gabaglia:**

(31) 3299-4622

**Ascom Fórum BH:** (31) 3330-2123

**Tiragem:** 3 mil exemplares

**Portal TJMG:** [www.tjmg.jus.br](http://www.tjmg.jus.br)



## Cláudio Costa participa de posse

O presidente do TJMG, desembargador Cláudio Costa, participou, em 24 de agosto, com o vice-governador de Minas, Alberto Pinto Coelho, da solenidade de posse dos aprovados no concurso público para delegação dos serviços de tabelionato e de registro de Minas Gerais. O concurso, realizado pela Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef), do TJMG, e regido pelos Editais 1 e 2 de 2007, foi homologado em 10 de junho de 2011. A solenidade de posse, conduzida pelo vice-governador, foi realizada no auditório Presidente Juscelino Kubitschek, na Cidade Administrativa. Na foto, o presidente Cláudio Costa entrega termo de posse a Domingo Ritondo, aprovado em primeiro lugar.



Renata Caldeira

■ Fernanda Otoni conta que a equipe do programa mineiro tem realizado seminários em outros Estados

# PAI-PJ é modelo para ser adotado em todo o Brasil

## Letícia Lima

“Dizem que sou louco por pensar assim.” Essa primeira frase da música *Balada de um Louco*, gravada pela banda Os Mutantes, até há pouco tempo poderia representar o sentimento das autoridades que defendiam a política antimanicomial como a ideal para o tratamento de certos portadores de sofrimento mental que cometeram algum crime. Mas o que era exceção passa a ser regra. O trabalho desenvolvido pelo Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário Portador de Sofrimento Mental (PAI-PJ), do TJMG, que busca a não internação dos considerados loucos em manicômios, torna-se modelo para todo o país por meio da Recomendação 35 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Em seu voto, o conselheiro relator Walter Nunes da Silva Junior diz que a proposta de recomendação deve-se “aos desinternamentos bem-sucedidos, aos baixíssimos índices de reincidência e ao insignificante descumprimento das medidas impostas”. Há mais de dez anos, o PAI-PJ é o órgão responsável por acompanhar e oferecer subsídios à autoridade judicial para promoção dessa política. O

trabalho é orientado por três linhas de ação: a intersetorialidade, com a formação de parcerias; o acompanhamento psicossocial do paciente judiciário, fomentando as equipes interdisciplinares, fundamentais na definição do tratamento adequado; e a individualização da medida.

O conselheiro lembra que o princípio da presunção de periculosidade, usado para justificar a internação manicomial, faz com que o cidadão considerado portador de sofrimento mental seja penalizado por ser o que é, e não pelo crime que cometeu. Assim, “recebem dupla penalidade: uma relativa ao crime cometido e outra por sua condição de portador de sofrimento mental”.

O desembargador do TJMG Herbert Carneiro, que foi quem auxiliou o CNJ na elaboração da recomendação, afirma que esses pacientes devem cumprir a pena em liberdade, na modalidade ambulatorial, ou ser internados em estabelecimento adequado para tratamento da doença mental. Ele explica que, tendo como base a periculosidade, uma pessoa portadora de sofrimento mental que furtasse um tapete poderia cumprir a

pena presa, “em evidente violação aos direitos e garantias fundamentais do cidadão”, pois a pena poderia ser cumprida em liberdade.

## Prática

Apesar de essa recomendação ser recente – ela foi publicada em 12 de julho de 2011 –, o PAI-PJ, por ser referência, já vinha “exportando” essa experiência. A equipe do programa esteve na Bahia depois de baixada, em 31 de março de 2011, a Portaria 26, também do CNJ, que instituiu o grupo de trabalho para realizar mutirões, elaborar estudos e apresentar propostas relativas à fiscalização e ao acompanhamento do cumprimento de medidas de segurança. O desembargador Herbert Carneiro e a coordenadora do

PAI-PJ, Fernanda Otoni de Barros Brisset, fazem parte do grupo.

Segundo Fernanda Otoni, na Bahia, já foi realizado um mutirão de perícias para sugerir a medida ambulatorial nos casos de pessoas internadas no Hospital de Custódia e Tratamento. Também foi realizado um seminário com a rede de assistência à saúde e social do Estado. Para ela, a responsabilidade da transmissão da experiência do PAI-PJ para outros estados é muito grande. “O grande desafio é transmitir o que nós conseguimos realizar aqui em Minas, de acordo com as idiosincrasias de nossa cultura e território, com a humildade necessária para saber que essa transmissão tem limites, pois cada Estado vai ter que inventar, ao seu modo, o jeito de acompanhar os sujeitos que se constituíram a partir da oferta cultural daquela região.”

Ela conta que é no espaço das discussões que a comunicação vai se fazendo mais clara, pois é impossível transmitir a singularidade de cada caso através de uma cartilha. O próximo destino da equipe é o Espírito Santo.

É impossível transmitir a singularidade de cada caso através de uma cartilha”



Marcelo Albert

■ Presidente Cláudio Costa fez a entrega da Medalha do Mérito ao desembargador Sérgio Lellis Santiago, ex-presidente do TJMG

# Trinta e quatro anos dedicados ao Judiciário

## Soraia Costa

Excelência e inovação foram algumas das palavras usadas para descrever a atuação da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef) em seus 34 anos de funcionamento. Nos diversos eventos que marcaram as comemorações, personagens importantes na criação e na consolidação do trabalho da escola lembraram o empenho de todos para que a Ejef se destacasse na formação técnica e humana de servidores e magistrados. Na solenidade realizada no fim de agosto, o presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), desembargador Cláudio Costa, destacou a notoriedade da escola em todo o país.

Cláudio Costa relembrou a trajetória da Ejef, que iniciou suas atividades com a promoção de cursos de for-

mação e de aperfeiçoamento de magistrados. “Tendo passado por profundas modificações nesses 34 anos, a escola passou a editar publicações técnicas, pesquisas e jurisprudência. A partir de 2002, a Escola Judicial assumiu também a responsabilidade pelo recrutamento, pela seleção e pela formação de nossos servidores”, disse.

O presidente ressaltou a fundamental atuação de alguns magistrados – como os desembargadores do TJMG Edésio Fernandes, Régulo da Cunha Peixoto e Sérgio Lellis Santiago, além do ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Sálvio de Figueiredo Teixeira – para o sucesso da Ejef em seus primeiros anos. Para Cláudio Costa, a escola tem em sua história um detalhe especial: o pai do presidente, desembargador Hélio

Costa, foi seu primeiro superintendente. “Atualmente, a Ejef prossegue acompanhando as constantes novidades e os desafios que se apresentam em relação aos concursos públicos, à formação e à capacitação de magistrados e servidores”, afirmou.

Para o 2º vice-presidente do TJMG e superintendente da Ejef, desembargador Herculano Rodrigues, a formação continuada é imprescindível para a humanização. O magistrado afirmou que a atuação da escola sempre foi marcada pelo estudo, pela reflexão e pelo debate. “Continuaremos essa tarefa, inspirados pela ética”, disse. Herculano Rodrigues afirmou que o aniversário é também um momento de oportunidades: para rever caminhos, identificar aspectos positivos e fazer novos planos.



Renata Caldeira

■ Herculano destacou o apoio da Presidência à Ejef



Renata Caldeira

■ Atualmente, Paulo Figueiredo e Mônica Sá estão à frente das duas diretorias que compõem a Ejef

## História

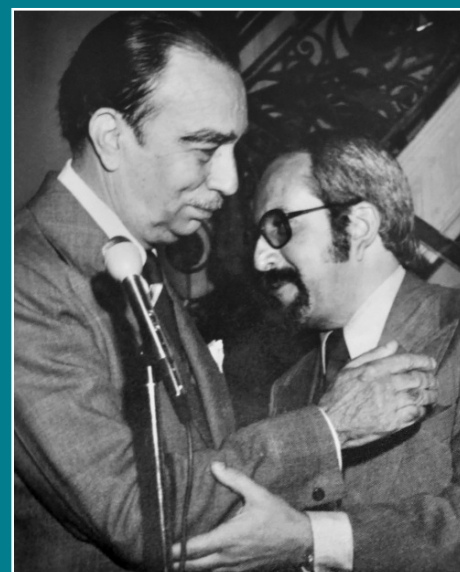
Herculano Rodrigues participou do primeiro curso de formação inicial oferecido pelo TJMG, em 1976; ele lembra que o Tribunal já oferecia o curso para os magistrados antes mesmo que isso fosse uma exigência legal. Segundo ele, o Estado de Minas foi pioneiro nessa iniciativa. “Hoje os juízes convivem por quatro meses durante o curso de formação inicial e daí nasce uma verdadeira irmandade, frequentemente até acontecem casamentos”, afirma Herculano Rodrigues.

O superintendente destacou a satisfação dos servidores que atuam na Escola Judicial – pessoas comprometidas com o trabalho e que têm a sensação de dever cumprido. “Queremos fazer diferente e fazer diferença. A história da Ejef foi tecida por muitas mãos. O presidente Cláudio Costa tem sido um parceiro de nossas ações”, resumiu. A formação continuada dos magistrados é vista

entre servidores e funcionários terceirizados, que exercem suas atividades na Diretoria Executiva de Gestão da Informação Documental (Dirged) e na Diretoria Executiva de Desenvolvimento de Pessoas (Dirdep).

O primeiro diretor da Escola Judicial, que até então ocupava o cargo de diretor-geral do TJMG, Ricardo Fiúza, lembra que a ideia de fundar a escola partiu da necessidade de oferecer um curso de formação inicial aos magistrados. O objetivo foi alcançado pela primeira vez em 1976, ano anterior à fundação da escola. Uma das preocupações, segundo Fiúza, era que a escola não se limitasse à formação inicial e permanente dos magistrados; seu grande sonho era que a formação se estendesse aos servidores. Esse sonho se concretizou. Hoje, são oferecidos cursos a magistrados e servidores.

O desembargador e ex-presidente do TJMG Sérgio Resende, que foi juiz em Divinópolis, afirmou que os juízes no interior se sentiam isolados e que os cursos oferecidos pela Escola Judicial proporcionavam uma troca de experiências muito interessante.



Reprodução/Renata Caldeira

■ O desembargador Edésio Fernandes e Ricardo Fiúza foram personagens importantes na história da escola

**Atualmente, a Ejef prossegue acompanhando as constantes novidades e os desafios que se apresentam em relação aos concursos públicos, à formação e à capacitação de magistrados e servidores”**

com orgulho pelo superintendente da Ejef: “Os encontros regionais para juízes, no interior de Minas, sempre contribuíram para a integração da família forense”.

Na época da fundação da Ejef, em 1977, o então presidente do TJMG, desembargador Edésio Fernandes, nomeou um único funcionário para ser o diretor e iniciar as atividades. Hoje, trabalham na escola 240 pessoas,

## Diretorias

Atualmente, duas diretorias dividem as tarefas realizadas pela Ejef. Cabe à Dirdep promover os concursos para ingresso no Tribunal e nos cartórios extrajudiciais, além do trabalho de formação e o relacionado à carreira de servidores e magistrados. “Temos dado atenção especial à educação a distância para atender nossos colegas de todo o Estado – um público de aproximadamente 20 mil pessoas. Nossos colegas do interior têm um grande interesse; o índice de conclusão dos nossos cursos a distância passa dos 90%”, afirmou o diretor da Dirdep, Paulo Figueiredo.

Já a Dirged cuida da gestão da informação documental. Sob sua responsabilidade estão o sistema eletrônico de bibliotecas, a edição da *Revista Jurisprudência Mineira* e a elaboração de boletins, conteúdo de palestras, arquivos, bancos de constitucionalidade, de sentenças e de acórdãos indexados, regionalização de arquivos, entre outras iniciativas. “A Ejef é um lugar muito interessante para trabalhar, porque permite o

desenvolvimento das potencialidades do ser humano”, disse a diretora da Dirged, Mônica Sá.

A guarda de todo o conhecimento gerado pela Escola Judicial cabe ao Memorial da Ejef, que reúne o acervo da escola – livros, boletins, revistas, documentos, fotografias e documentários em vídeo. Outro objetivo é preservar e perpetuar a memória do desembargador Edésio Fernandes. O acervo conta com medalhas, diplomas e objetos que apresentam valor histórico. Atualmente, a documentação está sendo compilada e digitalizada, de forma a garantir a preservação das peças originais.

Em agosto, diversos eventos marcaram as comemorações pelos 34 anos da Ejef: o espetáculo *Noite de Contos*, a apresentação da peça teatral *O Auto da Compadecida* e a sessão solene para a outorga da Medalha do Mérito Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes. Durante a solenidade, também houve a premiação dos finalistas do concurso que escolheu o Hino do Poder Judiciário e a apresentação de um documentário com a história da Ejef. Os agraciados com a medalha foram o ministro do STJ Sálvio de Figueiredo e o desembargador Sérgio Lellis Santiago, ex-presidente do TJMG.



Fotos Marcelo Albert

■ O bacharel em direito Ricardo Machado e o bacharel em piano Daniel Augusto: colaboração que deu certo

## Um hino para o Judiciário

Manuela Ribeiro

Depois de meses de suspense, foi anunciado, em 27 de julho, o resultado do Concurso do Hino do Poder Judiciário de Minas Gerais, que terá uma versão oficial para execução em todas as comarcas. O primeiro lugar coube ao juiz da Vara de Família e Sucessões de Passos, Ricardo Bastos Machado, de 46 anos, e ao músico Daniel Augusto Oliveira Machado, de 23. O sobrenome não é mera coincidência: os autores da composição vencedora são tio e sobrinho. O magistrado, com seis livros não jurídicos publicados e um no prelo, afirma que a veia artística entre os Machado atravessa gerações: “Nas festas familiares sempre acabamos criando algo, nem que seja por brincadeira”. Tanto o juiz como o pianista Daniel, recém-formado pela Escola de Música da Universidade de Minas Gerais, contam que essa foi a primeira experiência profissional como compositores. A dupla agora se anima a novos voos. O magistrado revelou ainda que abriu mão do prêmio em dinheiro em benefício do sobrinho.

**TJMG Informativo** – Como foi o processo para criar o hino?

**RBM** – Quando soube do concurso, imprimi o edital, fiz a letra e enviei para o Daniel. Isso foi na sexta-feira, a quatro dias do fim das inscrições. Sempre tive facilidade para escrever e fiquei motivado, porque faço parte da Casa há 13 anos e conheço a missão, a visão e os valores do Judiciário, pois é isso que vivencio diariamente em meu trabalho, na conciliação e nas demais atividades de magistrado.

**DAOM** – Vi o cartaz em escolas de música; mas, inicialmente, descartei a possibilidade de participar, porque o assunto, específico e complexo para quem não é da área, me pareceu um impedimento. Na última hora, quando recebi a letra, vi que a prosódia e a métrica estavam perfeitas, pois tio Ricardo é poeta, e aí comecei a alimentar esperanças. Musiquei o texto de sexta para sábado e gravei uma versão inicial do hino. No domingo, meu tio veio a Belo Horizonte, fizemos os últimos ajustes e gravamos novamente. Na segunda, o prazo limite, estava tudo pronto.

**Qual a sensação de representar o Poder Judiciário de Minas?**

**RBM** – Ter essa primeira experiência coroada de êxito foi uma emoção enorme, porque se tratava de um universo de 104 candidatos de todo o Estado, que tem a tradição de ser berço de grandes poetas e músicos. Representar o Judiciário mineiro e ter meu nome associado à Justiça para a posteridade é gratificante e multiplicou o sabor da conquista, sobretudo porque o concurso foi conduzido de forma imparcial e sigilosa.

**DAOM** – Ter o nome eternizado no hino não só é uma alegria e uma honra como também é excelente para a minha carreira. Meus professores e colegas ficaram surpresos com a premiação, porque não me falei em composição, mas isso não depende só do aprendizado das técnicas e teorias, mas da criatividade, que não se ensina.

**Como vocês souberam do resultado?**

**DAOM** – Uma tia que trabalha no edifício Mirafiori assistiu

à audiência pública que anunciou os vencedores e nos avisou. Cinco minutos depois, recebi a ligação do desembargador Herculano [Herculano Rodrigues, 2º vice-presidente do TJMG e superintendente da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes] nos parabenizando pela vitória. Informei a ele que o coautor, meu tio, era juiz do TJMG. Até então, o desembargador não sabia de nada.

**RBM** – Ao ser informado, o desembargador me telefonou também, manifestando surpresa e satisfação pelo fato de um membro do Judiciário ter vencido o concurso.

**E os planos para o futuro?**

**RBM** – Continuarei julgando e escrevendo; mas, certamente, estou considerando a possibilidade de ampliar a parceria e continuar investindo até profissionalmente no ramo.

**DAOM** – Dois caminhos me atraem: o mestrado, com a atuação como professor, e a carreira de concertista. Mas agora não acho mais tão improvável me arriscar a compor.

# Arte e natureza em comunhão

Patrícia Melillo

Caminhar pelos jardins de Inhotim pode ser uma experiência única de contemplação. O museu a céu aberto possui uma extensa coleção de espécies da flora tropical e um acervo artístico de relevância internacional. Nos 97 hectares que ocupa, no município de Brumadinho, a 60 km de Belo Horizonte, arte e natureza convivem e complementam-se.

A beleza das galerias e o inusitado de algumas instalações artísticas fazem com que o visitante perceba que a arte contemporânea é um universo complexo. Os trabalhos podem envolver arquitetura, engenharia, música e vários recursos tecnológicos, com o objetivo de provocar uma infinidade de sensações nos espectadores. Bons exemplos disso são as obras *Sons da Terra*, do norte-americano Doug Aitken, *Desvio para o Vermelho*, do brasileiro Cildo Meirelles, e *O Assassinato dos Corvos*, dos canadenses Janet Cardiff e George Bures Miller.

Em *Sons da Terra*, um buraco de 200 metros de profundidade abriga oito microfones. Os sons, como o gotejar de lençóis freáticos e o estrepitar de rochas,

reverberam na galeria redonda, toda de vidro. Em sua obra, Cildo Meirelles montou um quarto onde tudo é vermelho vivo, somente as paredes são brancas. Nos fundos desse ambiente, há uma pia torta, com uma torneira que jorra um líquido vermelho. Já a instalação *O Assassinato dos Corvos* é composta de 98 altofalantes. Através deles, a artista conta sobre um sonho perturbador. A disposição das caixas de som e o fato de o público se sentar entre elas passam a impressão para quem assiste de estar participando dos acontecimentos.

## Acervo

Inhotim foi idealizado pelo empresário Bernardo Paz em meados dos anos 80, e seu acervo vem sendo formado desde essa época. Mais de 500 obras, entre pinturas, esculturas, desenhos, fotografias, vídeos e instalações de artistas brasileiros e estrangeiros, são exibidas em 13 galerias permanentes e quatro dedicadas a trabalhos temporários. Há também várias obras de arte contem-

porânea espalhadas pelos jardins projetados com a colaboração do renomado paisagista Burle Marx. Diversas atividades educativas, culturais e sociais são desenvolvidas no local.

Em Inhotim, o visitante dispõe de um serviço de transporte interno, que facilita o acesso às obras mais distantes. O custo por pessoa é de R\$ 10, e o visitante tem o direito de usufruir do veículo quantas vezes quiser durante o passeio. Para pessoas com necessidades especiais e crianças menores de seis anos, o serviço é gratuito. No local, há visitas temáticas e para grupos. Em alguns casos, é preciso fazer o agendamento prévio e é cobrada uma taxa, além do ingresso.

Quem for passar o dia desfrutando das riquezas naturais e culturais de Inhotim conta com três opções para almoço, além de lanchonetes, cafés, uma omeleteria e uma pizzaria. Dois restaurantes oferecem pratos à la carte (os preços variam de R\$ 39 a R\$ 55 por pessoa) e há também um bufê a quilo, ao preço de R\$ 5 por 100 gramas.

No site [www.inhotim.org.br](http://www.inhotim.org.br), há infor-

mações detalhadas de como chegar ao local. Para quem prefere ir de ônibus, a empresa Saritur opera o traslado partindo da rodoviária de Belo Horizonte, de terça a sexta-feira, com saída às 9h e retorno às 16h30. Nos finais de semana e feriados, a saída ocorre às 9h, e o retorno, às 17h. A passagem custa R\$ 13,10 (ida) e R\$ 12,75 (volta).

## SERVIÇO

### Funcionamento:

De terça a sexta-feira, das 9h30 às 16h30; sábados, domingos e feriados, das 9h30 às 17h30

### Entrada:

R\$ 20 por pessoa (maiores de 60 anos e estudantes pagam meia; menores de seis anos entram gratuitamente)

### Informações:

(31) 3227-0001, de segunda a sexta-feira, das 9 às 17h



Marcelo Albert

■ A obra *Desvio para o Vermelho*, do artista Cildo Meirelles, foi concebida em 1967 e está exposta em uma das galerias permanentes de Inhotim



## Memórias de infância na galeria do Fórum

Rosana Maria

Na era do descartável, da busca frenética pela última geração de aparelhos eletrônicos, a ceramista Antonina Rocha percorre o caminho inverso e vai ao encontro do passado. Na exposição *Casa Rocha e Minhas Memórias*, em cartaz na galeria de arte do Fórum Lafayette até 27 de setembro, a artista resgata objetos da sua infância e reconstrói em barro as suas lembranças.

De acordo com a artista, na Casa Rocha, estabelecimento comercial de seu pai, tinha de tudo um pouco: brinquedos, utilitários, mantimentos. Tudo ali fascinava a menina Antonina. Ela se recorda com saudades de uma gaveta "cheinha" de óculos. Os clientes os experimentavam até

encontrar aquele que se ajustasse perfeitamente à sua visão.

Antonina Rocha nasceu em Ubá/MG. É graduada em artes plásticas pela Escola Guignard (1999), onde se especializou em cerâmica. Participou de mostras individuais e coletivas em Viçosa, Ubá, Belo Horizonte e Rio de Janeiro.

A Galeria de Arte Fórum Lafayette, aberta ao público de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h, fica na avenida Augusto de Lima, 1.549, no Barro Preto. A galeria integra o Espaço Cultural do Fórum Lafayette, coordenado pela Assessoria de Comunicação Institucional, com o apoio da direção do Foro da comarca de Belo Horizonte.



## Mejud promove seminário

A Memória do Judiciário Mineiro (Mejud) do TJMG, em parceria com a Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), realiza, de 3 a 6 de outubro, o II Seminário Internacional Ciência e Museologia: Universo Imaginário. O evento vai reunir profissionais de museologia, pesquisadores e estudantes. O objetivo é promover o diálogo entre pessoas que atuam na área de pesquisa em museologia e de desenvolvimento de inovações tecnológicas. O evento será realizado no campus da UFMG, com a presença de profissionais de vários países. As inscrições podem ser feitas até 29 de setembro. Informações pelo telefone (31) 3409-5225 e pelo site <http://simuseu.eci.ufmg.br>.

## CLICK DO LEITOR



Em Belo Horizonte, existem muitas belezas, precisamos olhar em volta e senti-las. Esta foto foi tirada do 18º andar do edifício Mirafiori, de dentro do Setor de Apoio Administrativo da Escola Judicial do TJMG.

*Gilson Carlos dos Santos Cunha - Efej*

Para publicar a sua foto no *Click do Leitor*, envie a imagem e o texto para o e-mail [informativo.ascom@tjmg.jus.br](mailto:informativo.ascom@tjmg.jus.br).